



TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Resumo

Estudos sobre a precarização laboral e as transformações que envolvem o mundo do trabalho no Brasil, são cada vez mais atuais e necessários. Este texto representa um esforço, ainda que breve acerca da precarização do trabalho docente no contexto da educação superior, entendendo que apesar de todos os avanços em muitas áreas e do rápido desenvolvimento das ciências em relação aos seres humanos, o que se observa atualmente é a constituição de um trabalho cada vez mais subordinado ao capital, onde o docente tem que se adequar as determinações das agências de fomento para pesquisar (produzir), além de inúmeras atividades outras não contabilizadas em sua carga horária. Este fato vai se constituindo, portanto, em um dos fatores preponderantes para o adoecimento dos docentes. Falar em precarização do docente no trabalho é trazer para o campo das discussões uma temática que nos leva a refletir sobre o mundo do trabalho e sua transformação principalmente no Brasil, pós anos de 1990.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Trabalho Precarizado. Educação Superior.

TRABAJO DOCENTE PRELIMINAR EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Resumen

Los estudios sobre la precariedad laboral y las transformaciones que involucran al mundo del trabajo en Brasil son cada vez más actuales y necesarios. Este texto representa un esfuerzo, aunque breve, sobre la precariedad del trabajo docente en el contexto de la enseñanza superior, entendiendo que a pesar de todos los avances en muchas áreas y el rápido desarrollo de las ciencias en relación con el ser humano, lo que se observa hoy en día es la constitución de un trabajo cada vez más subordinado al capital, donde el profesor tiene que adaptar las determinaciones de los organismos de fomento a la investigación (producir), además de otras innumerables actividades no contabilizadas en su carga de trabajo. Este hecho se está convirtiendo, por lo tanto, en uno de los factores preponderantes para el asco de los maestros. Hablar de la precariedad de los docentes en el trabajo es llevar al campo de las discusiones un tema que nos lleva a reflexionar sobre el mundo del trabajo y su transformación, especialmente en Brasil, después de la década de 1990.

Palabras-clave: Trabajo de enseñanza. Trabajo Preocupado. Educación Superior.

PRELIMINARY TEACHING WORK IN THE CONTEXT OF HIGHER EDUCATION

Abstract

Studies on labor precariousness and the transformations that involve the world of work in Brazil are increasingly current and necessary. This text represents an effort, albeit brief, on the precariousness of teaching work in the context of higher education, understanding that despite all the advances in many areas and the rapid development of the sciences in relation to human beings, what is observed today is the constitution of work increasingly



subordinated to capital, where the teacher has to adjust the determinations of the agencies to research (produce), in addition to numerous other activities not accounted for in their workload. This fact is becoming, therefore, one of the preponderant factors for the sickening of teachers. To talk about the precariousness of teachers at work is to bring to the field of discussions a theme that leads us to reflect on the world of work and its transformation, especially in Brazil, after the 1990s.

Keywords: Teaching Work. Precared Work. Higher Education.

INTRODUÇÃO

“A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas” Karl Marx.

Este artigo tem o propósito de contribuir com a reflexão acerca da precarização do trabalho docente no contexto da política neoliberal vigente no Brasil pós anos de 1990. Os ajustes que foram realizados no campo econômico atingiram sobremaneira a educação superior e especialmente o trabalho desenvolvido pelos (as) trabalhadores (as) docentes.

Uma vez instigados a fazermos tal reflexão, partimos para o levantamento bibliográfico na busca por autores que iriam nos auxiliar no entendimento das questões que envolvem a relação capital x trabalho, tais como: Alves (2013), Antunes (2013), Barros (2013), Bosi (2007), Marx (1985).

Na atualidade os (as) trabalhadores (as) vivenciam um acirramento das questões que envolvem o trabalho na sociedade capitalista contemporânea. As transformações oriundas no mundo do trabalho resultaram de uma reestruturação imposta pelo Capital que estimula a competitividade, a empregabilidade¹ que passa pela produtividade frenética e pela superação imediata das dificuldades vivenciadas por cada trabalhador, o que acaba lhe demandando determinações concretas que transformam suas relações sociais na dinâmica da sociedade tornando a vida mais difícil.

Para Santos (2008, p. 20) “A perversidade sistêmica está na raiz dessa evolução negativa da humanidade e tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas.”

É exatamente por isto que se acirram a luta de classe, que se gesta na dinâmica social, onde a relação capital x trabalho se aprofunda e transforma o/a trabalhador (a) em parte da exploração e da dominação, visto que se gesta no bojo do processo de produção capitalista, a partir da reprodução de exploração, essa dicotomia leva a um constante conflito e pode causar a esse/a trabalhador(a) sofrimento e/ou adoecimento.

¹Com as diretrizes que o mercado de trabalho vem apresentando desde, principalmente, os anos 90 – globalização, abertura da economia, novas tecnologias – a empregabilidade passou a ser uma das questões fundamentais para o profissional e para o mercado. Mas, afinal, o que é empregabilidade? Esse termo se refere à adaptação dos profissionais às novas necessidades de mercado, ou seja, o quanto ele está atualizado na sua área de atuação e o quanto oferece de diferencial para a empresa. Além do preparo técnico e intelectual, a empregabilidade engloba a trajetória individual, como história de vida, saúde física e psicológica e a harmonia entre o que a empresa precisa e o que o funcionário tem para oferecer. Disponível em: <http://www.mundocarreira.com.br>. acesso em 27 de agosto de 2019.



As transformações que ocorrem no mundo do trabalho contemporâneo acarretam inúmeros prejuízos aos trabalhadores em geral, ao serem transportados para o âmbito acadêmico esses trabalhadores passam a sofrer os reflexos dessas transformações, caracterizadas pela reestruturação da educação, ajuste fiscal e expansão das universidades, aumentando assim a necessidade de pesquisas sobre a implementação do projeto de educação que vem sendo executado no Brasil, haja vista que, traz em seu bojo a intensificação do trabalho, incidindo sobremaneira na saúde dos (as) trabalhadores(as) docentes das universidades Federais como um todo e particularmente na Universidade Federal do Pará.

Na verdade, mais do que nunca, coloca-se a necessidade de estudos críticos capazes de desvelar o adoecimento laboral numa perspectiva radical, isto é, considerar efetivamente esse fato como “falha metabólica” do capital nas condições de sua crise (ALVES, 2013, p. 13).

Nestes termos, trazer para o debate a questão da precarização do trabalho dos (as) docentes vinculado a condições de trabalho e direitos sociais, não é uma tarefa das mais fáceis. Esta temática nos remete aos estigmas construídos ao longo do processo histórico dessa categoria que luta por melhores condições de vida e trabalho.

O TRABALHO COMO PROCESSO EM TRANSFORMAÇÃO

O tema é bastante instigante, o que nos leva a referendar autores que discutem o trabalho enquanto processo que transforma a sociedade humana e sua relação com as transformações na educação do Brasil a partir da proposta de reestruturação das Universidades Públicas. Essas construções teóricas incidirão de forma fundamental na construção do debate teórico que irá culminar no desvelamento acerca da dicotomia entre trabalho precarizado e adoecimento do docente.

Para tanto é pertinente traçar uma reflexão acerca do processo de trabalho, produção e reprodução do ser social, conhecimento que será determinante para entender a categoria trabalho e seus desdobramentos no processo de produção capitalista. A partir da teoria crítica, podemos afirmar que a humanidade em sua trajetória histórica foi determinada pela relação que estabeleceu com o trabalho enquanto expressão da atividade do homem é pelo trabalho que o homem transforma a si mesmo e a natureza. O trabalho enquanto processo que transforma a sociedade humana tem relação estreita com as transformações na educação do Brasil, a partir da proposta de reestruturação das Universidades públicas.

Apesar de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 1985, p. 149).

O trabalho quer seja manual ou intelectual traz em si o dispêndio de energia física ou mental, portanto, representa a própria produção e reprodução da vida humana, sem o qual este jamais conseguiria transpor os limites da vida selvagem. Ao longo do tempo foi modificado para que o próprio ser humano pudesse se expressar nas transformações que efetuam entre si. O que caracteriza o trabalho como atividade especificamente humana é o



fato de que este se constitui em uma atividade consciente. A forma final do objeto é prefigurada na mente do trabalhador, antes mesmo da realização do processo de trabalho. A atividade produtiva humana é assim atividade subordinada a um fim.

Para Marx e Engels, o trabalho é uma atividade fundamental para o homem, porque é através dele – na relação que estabelece com a natureza – que o homem busca a satisfação de suas necessidades. O homem é o único ser que, em contato com a natureza e no processo de transformá-la (para satisfação de suas necessidades), projeta o resultado que pretende alcançar, ou seja, antecipa sua mente o resultado. Para isso constrói instrumentos com vistas a auxiliá-lo na transformação da natureza (MATOS, 2013, p. 25).

O trabalho é atividade vital consciente e isso distingue o homem dos animais. Assim o trabalho, por um lado é afirmação do homem como ser carente, objetivo, submetido a necessidades externas; mas por outro lado, a forma especificamente humana de satisfazer essas necessidades implica na sua afirmação como um ser livre e consciente. Nestes termos o trabalho se configura na necessidade humana de produção e reprodução de sua própria existência.

Nestes termos, o trabalho então é a necessidade intrínseca de sobrevivência humana, é nesta condição que a precarização do trabalho se inscreve na medida em que no modo de produção capitalista o fenômeno se mostra em patamares nunca vistos na história humana.

A partir do momento em que o trabalhador passa a ser uma mercadoria para o capital, ocorre à alienação do homem sobre a produção do seu próprio trabalho, o seu valor depende da oscilação do mercado e da demanda disponível.

O salário, valor que o trabalhador recebe em troca da sua força de trabalho, visa unicamente a sua subsistência. O trabalho é um fardo, algo penoso, em que o trabalhador produz para quem o contrata, não dispendo dos meios. O trabalhador não se vê no resultado final da sua ação, se sente exterior ao que produziu, e, mais do que isso, o resultado do seu trabalho não é algo apenas estranho, mas autônomo em relação a ele, o trabalhador (MATOS, 2013, p. 28-29).

Sobre esta questão autores da área da sociologia do trabalho como Antunes (2002, 2011, 2013), Teixeira (2008), Alves (2011), ao estudarem o mundo do trabalho, indicam que na contemporaneidade o trabalho passa por profundas transformações, em que traz no bojo das relações de trabalho grandes e profundos prejuízos aos trabalhadores com um elevado índice de intensificação do trabalho, aviltamento da qualidade do ensino, restrição da autonomia docente, adoecimento das mentes e corpos por causa da intensa imposição competitiva.

Estas questões, portanto, incidem sobre o trabalho docente que é cada vez mais interpelado a produzir indiscriminadamente, até fora do seu horário de trabalho, caracterizando com isso numa superexploração do trabalho docente e principalmente na negação da atividade fim de qualquer nível de escolarização que é a aprendizagem do aluno.

No capitalismo há no primeiro momento uma subsunção formal do trabalho ao capital, quando o processo de trabalho é apropriado pelo capitalista, mas passa a ser – por meio dos mecanismos mencionados – um instrumento de fabricação de mais valia. Até caminhar para uma



subsunção real do trabalho ao capital, que significa a emersão do modo de produção especificamente capitalista (MATOS, 2013, p. 29).

Nestes termos, o trabalho precarizado se gesta nas transformações ocorridas nas relações de trabalho a partir da sua flexibilização, que surge sob a égide do capitalismo global, trazendo consigo novas formas de jornada de trabalho flexível, isto implica o que denominamos de “precarização do homem-que-trabalha (Alves, 2011).

A precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas precarização do trabalho no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria, também, precarização do homem que trabalha, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico (ALVES, 2011, p. 39).

O trabalho docente dentro desta perspectiva passa por transformações que se fazem sentir a partir e dentro do trabalho. Seu trabalho intensificado se configura no dizer de Maués e Junior, (2011) nas injunções estruturais e conjunturais por que vem passando o capitalismo.

A partir de então, urge entendermos como se processa a precarização no trabalho docente, ao entendermos estas questões vai ser possível travar um diálogo consciente acerca do nos que aflige na atualidade e assim, munidos disso possamos redefinir a ordem de lutas mais concretas no enfrentamento da relação capital x trabalho.

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O trabalho docente no Ensino Superior vem passando por transformações que nos levam a refletir acerca dos condicionamentos do trabalho e suas configurações, essa não é uma tarefa das mais fáceis, visto que tem muitas questões que merecem ser averiguadas e entendidas, para poder caracterizar e explicar como se desenha este trabalho a partir dessa “nova” (re)configuração do modelo produtivista que ora rege as atribuições dos docente. O/a trabalhador/a docente assume na atualidade inúmeras atividades oriundas exatamente das transformações ocorridas no mundo do capital, com rebatimento na educação em geral e na superior em particular, visto que são orientados pela contrarreforma do Estado, fundamentado na ingerência da mundialização e financeirização do capital.

O Estado capitalista, com a mundialização do capital, torna-se frágil diante do capital financeiro, torna-se submetido às injunções da financeirização. É sob essa ótica que é possível considerar o que uma série de autores salientam como sendo o declínio do Estado-nação, o Estado capitalista capaz de controlar (e planejar) a vida nacional. Surge um Estado capitalista que, em maior ou menor proporção, é incapaz de contrapor-se à massa de capitais voláteis que não respeitam fronteiras nacionais. Mais do que nunca, a contingência e a indeterminação assolam a política nacional e o "Leviatã" moderno, deixado por si só, encontra-se acuado diante de mercado mundial integrado e à serviço da financeirização (ALVES, *et al.* 2008, p. 116).

Nestes termos, a educação de modo geral deve ser submetida aos ajustes que o Estado deve fazer para dar conta dessa regulação imposta pelos mecanismos internacionais



no que concerne à economia nacional, e esta regulação sempre vem acompanhadas de ajustes fiscais e cortes de verbas nas políticas de recorte social, como a educação².

Os rumos da educação no Brasil estão estipulados na CF de 1988, apontando contraditoriamente para a abertura ao capita privado, o que foi confirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 9.394/96. A LDB, por tanto reforça um modelo de educação implementado pelo Governo Federal, que se fundamenta na urgente abertura da educação as instituições privadas em tempo recorde, em consonância com as determinações dos organismos financeiros internacionais. Assim,

Nesse novo estágio de desenvolvimento do capital, redefinem-se as soberanias nacionais com a presença de corporações transnacionais e organizações multilaterais, como a santíssima Trindade do capital em geral - principais porta vozes das classes dominantes em escala mundial (YAMAMOTO, 2008, p. 110).

Na atual conjuntura justifica-se o Estado mínimo para as questões sociais, ao mesmo tempo em que é reforçado investimentos em empresas privadas, como ocorrem com o incentivo dado pelo governo federal para as escolas privadas para que estas possam abrir vagas para estudantes “carentes”. Para Chaves (2019, p. 67):

No contexto do capitalismo financeiro, a educação deixou de ser direito social e foi transformada em serviço altamente lucrativo, favorecendo a expansão do setor privado-mercantil no Brasil. A expansão do ensino superior por meio do setor privado-mercantil deve ser analisada nesse contexto global de valorização do capital. É a partir de “mundialização financeira do capital” que se consolida o atendimento educacional via grandes empresas, cujo objetivo é declaradamente o lucro.

Neste sentido, está criada a justificativa para expansão das Universidades privadas de cunho mercantil que devem abrir espaços para atender a demanda da classe trabalhadora ao ensino de nível superior e com isso estaria garantido o aumento de vagas que foram ofertadas pelas universidades privadas, tudo conforme as orientações do banco Mundial.

Segundo Chaves (2019, p. 68) “Essa nova lógica financeira das Instituições de Ensino Superior (IES) mercantis, favorece a oligopolização do setor e são incompatíveis com os princípios que norteiam os processos educacionais.”

A reforma da educação superior realizado pelo governo Lula da Silva, veio ao encontro das demandas do empresariado do setor da educação privada e foi um alento aos grandes investidores internacionais que atuam no setor financeiro, atendeu ao setor privado com a alocação de recursos públicos para o pagamento de mensalidades nas instituições privadas de ensino superior.

Essa benevolência do governo federal foi muito comemorada pelo setor, que se viu beneficiada inclusive com a isenção de impostos. Estas reformas do governo atendiam a uma determinação do FMI que determina que “as contra-reformas precisam ser graduais,

² De acordo com os dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo (Siop), o valor do congelamento nos investimentos em todas as etapas da educação já passa dos R\$7 bilhões. Na educação básica o valor chega a R\$ 914 milhões. Esse corte inclui verbas para construção e manutenção de escolas e creches, capacitação de profissionais da educação, merenda escolar e transporte. Segundo o MEC, o bloqueio das verbas foi feito para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos. Disponível em: <http://sismmac.org.br/noticias>. Acesso em: 04/09/2019.



encaminhadas por instrumentos diversos e articulados entre si, denominado de “decreto ponte (Caderno ADUFPA, 2005, p. 119).”

Isso coloca a necessidade de reformas educativas, incluindo a ampliação dos índices de escolarização, na agenda de diversos organismos financeiros internacionais como o FMI, OMC, BM e a OCDE. No Brasil, esses pressupostos ganham maior visibilidade e materialidade a partir da década final do século passado, principalmente a partir da aprovação da Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (GUIMARÃES, 2014, p. 24).

Nestes termos, o trabalho docente vem ao longo do tempo se adequando para dar conta das exigências no trabalho sob o signo dos novos rumos que as instituições de ensino superior assumem, são pré-requisitos para que o docente almeje um mínimo de reconhecimento no seu trabalho a excelência e competitividade exacerbadas.

O processo de trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sócio metabolismo do capital nas condições de mundialização financeira. Ela atinge tanto os países capitalistas centrais, como países capitalistas periféricos como o Brasil. Inclusive no caso do capitalismo brasileiro, o *processo* de precarização do trabalho assume dimensões complexas, articulando tanto dimensões histórico-genéticas (originárias da nossa formação colonial), quanto dimensões histórico-sociais vinculadas à nova ordem da mundialização do capital (ALVES, 2007, p. 111).

Nesta perspectiva, as exigências do mercado se aprofundam cada vez mais e forçam o Estado brasileiro a se adequar aos desmandas da lógica do capital. Se a contra-reforma do Estado foi a tônica do governo Lula, deixando uma herança de sucateamento e desvio do dinheiro público para financiamento de empresas privadas, a continuidade desse processo de acirramento das privatizações se estendeu e se aprofundou no governo de Dilma Rouseff, quando em 2014 foi anunciado o pacote de ajustes do governo, com o intuito de frear os gastos públicos, cortando gastos principalmente na área social como saúde e educação. Esse pacote foi chamado de ajuste fiscal que.

É um conjunto de políticas que busca equilibrar o orçamento do governo. Em 2014, o orçamento do governo federal obteve um déficit (nominal) de 6,7% do PIB. As causas desse desequilíbrio foram a desoneração fiscal de mais 100 bilhões de reais concedida pelo governo a grandes empresas, as elevadas despesas devido à alta dos juros (Selic) dos títulos do governo e a queda da arrecadação decorrente do baixo crescimento. Antes, de 2003 a 2013, o governo alcançou déficits (nominais) bem mais moderados (SICSÚ, 2015, p. 1).

Este pacote de ajustes fiscal trouxe sérios prejuízos para a educação pública, visto que limitou ainda mais os gastos com serviços públicos essenciais, o que levou a mais longa greve dos docentes e técnicos das Universidades Federais no ano de 2015, que de acordo com o ANDES-SN durou exatos 139 (cento e trinta e nove) dias, onde os docentes protestaram contra o corte de verbas para as instituições de Ensino Superior. Travou-se ali uma luta contra a mercantilização da educação, contra as diferentes formas de precarização das condições de trabalho, contra a inclusão que não garante educação com qualidade social.



Nesse contexto, a greve nada mais foi do que a expressão do conflito entre projetos tão diferentes para a educação no Brasil.

Contribuir para o debate sobre as questões que envolvem a educação superior e o trabalho do docente, é desvelar, quais as consequências dos limites de investimento na educação superior pública afetam o trabalho do docente e mais, entender que o trabalho na atualidade vem assumindo novas dimensões com investimentos em inovações tecnológicas e flexibilização do trabalho gerando mais produtividade, estas estratégias levam um maior dispêndio de energia por parte do trabalhador quer seja manual e/ou intelectual para gerar mais valor para o capitalista.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA UFPA.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, é a maior Universidade Pública do Norte do País, esta especificidade vem ao encontro dos anseios da sociedade paraense que reconhece esta Universidade como um dos centros de ensino superior mais importantes da região Norte do País.

A Universidade Federal do Pará é uma das maiores e mais importantes instituições da Amazônia composta por mais de 50 mil pessoas, sendo 2.522 professores, incluindo efetivos do ensino superior, efetivos do ensino básico, substitutos e visitantes; 2.309 servidores técnico-administrativos; 7.101 alunos de cursos de pós-graduação, sendo 4.012 estudantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu*; 32.169 alunos matriculados nos cursos de graduação, 18.891, na capital, e 13.278, distribuídos pelo interior do Estado; 1.886 alunos do ensino fundamental e médio da Escola de Aplicação; 6.051 alunos dos Cursos Livres oferecidos pelo Instituto de Letras e Comunicação Social (ILC), pelo Instituto de Ciência da Arte (ICA), pela Escola de Teatro e Dança, pela Escola de Música e pela Casa de Estudos Germânicos, além de 380 alunos dos cursos técnicos, profissionalizantes, vinculados ao Instituto de Ciências da Arte. Dentro destes universos a UFPA oferece 513 cursos de graduação e 45 programas de pós-graduação, sendo 43 cursos de mestrado e 22 de doutorado (ASCOM/UFPA, 2015, p. 1).

Esta especificidade faz com que se busque a excelência a qualquer custo o que demanda a UFPA uma adequação aos instrumentos de controle instituídos pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), resultando nos processos de intensificação do trabalho docente e principalmente na precarização das condições de trabalho. Na atualidade a UFPA, vem sofrendo lento e contínuo processo de privatizações, em consonância com o que vem ocorrendo nas IFES em todo o Brasil, como foi o caso da recente adesão à EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), a precarização do ensino, pesquisa e extensão são latentes no cotidiano universitário, é comum as reclamações acerca da falta carga horária para pesquisa e extensão, assim como salas de aulas lotadas, como se estas fossem salas de cursinho pré-vestibular.

Essa realidade que se impõe aos docentes das Universidades públicas traz consigo inúmeros adoecimentos, sendo o principal deles o adoecimento mental, como demonstrado pelo médico, professor pesquisador Jadir Campos, ex-coordenador da divisão de saúde do trabalhador da UFPA, em recente entrevista para o jornal da ADUFPA (Associação dos docentes da UFPA). Ele assim se reporta sobre a questão.



Fizemos um levantamento de 2006 até 2010, levando em consideração aquele professor que nos procurava para se afastar em consequência da do adoecimento mental. O percentual de professores que pediram afastamento das atividades acadêmicas devido ao quadro de adoecimento mental neste período foi de 14,13%. Isto é alto, pois se compararmos com a doença que mais afasta os trabalhadores de modo geral, na sociedade, que é LER-DORT que é da ordem de 7.2%, chegamos a conclusão que no caso da UFPA o adoecimento mental afasta quase que o dobro do percentual que a LER-DORT afasta na sociedade em geral. (CAMPOS, 2014, p. 7).

Este quadro alarmante se deve sobretudo, a intensidade do trabalho docente, na precarização do trabalho de forma geral, representado na má qualidade dos equipamentos, sala de professores inadequada, computadores obsoletos e cheios de vírus dificultando o acesso dos docentes a internet, sobrecarga de carga horária e principalmente nas relações de competitividade que se estabelecem entre os docentes, acarretando uma divisão cada vez mais acirrada entre mestres e doutores, transformando os docentes no dizer de Campos (2014) em “bodes expiatórios de um esquema perverso.”

Estas condições que são percebidas no campus da UFPA de Belém são as mesmas questões que se apresentam de forma ainda mais profundas nos campi do interior do Estado. O Estado do Pará tem especificidades que só se encontram na região norte do Brasil, por ser um estado Amazônia, é composto por regiões onde só é possível ir de barco, para chegar às cidades onde funcionam os Campis da UFPA é preciso passar dias nos rios, é o caso do campus do Marajó na cidade de Breves. Este campus é fruto da expansão das Universidades Públicas Federais através do REUNI.

A expansão acelerada das Instituições federais de Ensino superior do Brasil em especial a partir de 2007, com a implantação do REUNI, é parte da contrarreforma da educação superior brasileira, no contexto da crise estrutural do capitalista. [...] Esse processo tem promovido a expansão desse nível de ensino com a transformação social das universidades públicas mediante a quebra da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, criando as condições objetivas pra o aumento da precarização e intensificação do trabalho docente (CHAVES, 2013, p. 43).

Além da luta pela sobrevivência cotidiana dos docentes lotados nos Campis do interior, advindas da falta de infraestrutura para funcionamento dos cursos, é possível perceber que está se criando no bojo das universidades federais um esquema que vem manipulando e fomentando a divisão entre os docentes aos impor o regime do produtivismo acadêmico e principalmente a venda de projetos ao setor privado.

A Reitoria da UFPA em 2013, se antecipando ao governo federal lança uma resolução, que tem a incumbência de acirrar ainda mais as condições de trabalho dos docentes, através da adoção de avaliação de desempenho na produtividade como critério na progressão da carreira. Com esta resolução a reitoria da UFPA deixa claro qual modelo de universidade que defende. Apesar da defesa da Reitoria para que essa resolução fosse aprovada, o CONSEPE (Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e Extensão) rejeitou-a a partir das discussões efetuadas pela ADUFPA (Associação Docente da Universidade Federal



do Pará) na assembleia que levantou os principais pontos que iriam dificultar ainda mais o processo de progressão funcional do docente.

Embora esta resolução tenha sido rejeitada por causar um acirramento nas relações de trabalho ao introduzir “novas” e profundas exigências para que o docente possa passar de uma classe a outra, na reitoria a discussão não se esgotou, haja vista que existe ainda a pretensão de retomar com esta resolução em outras reuniões do CONSEPE. Assim, os dirigentes da UFPA entendam-se Reitor e equipe se apressam em apresentar mais um instrumento que causa intensidade e adoecimento no trabalho.

Entre os profissionais mais atingidos pela depressão estão os da área da tecnologia, informática, financeira, bancária, judiciária, saúde e educação. E nós da área da educação, os docentes são os mais atingidos, além da depressão esses profissionais podem ser atingidos por outro adoecimento mental que está diretamente relacionado ao fato de ser essa uma profissão que cuida, a síndrome do *Burnout*. Ainda segundo a OMS (2010), a depressão se tornará a doença mais comum do mundo acima mesmo do câncer e doenças cardíacas. A depressão pode ser diagnosticada e tratada na atenção primária à saúde, desde que haja uma boa estrutura na rede de atendimento primário com profissionais treinados para dar o diagnóstico e suporte ao tratamento, com antidepressivos e psicoterapia que demonstram 60-80% de eficácia em pessoas afetadas. Entretanto menos de 25% dos afetados (em alguns países, menos de 10%) tem acesso ao tratamento, por falta de políticas públicas e recursos adequados no sistema de saúde, somado ao estigma social que envolve os transtornos mentais incluindo a depressão (OMS, 2009 *apud* CAMPOS, 2011, p. 75).

Nestes termos, os estudos do médico e pesquisador Jadir Campos nesta área (adoecimento docente), é importante fonte de pesquisa haja vista as informações presentes em sua dissertação de mestrado de 2011, intitulada “Trabalho Docente e Saúde: Tensões da Educação Superior” onde faz um levantamento acerca do trabalho e do adoecimento deste trabalhador na UFPA, trazendo dados significativos referentes ao adoecimento que mais acomete os docentes nesta Universidade, demonstrou através de análise dos afastamentos do trabalho por licença saúde entre os anos de 2006 a 2010, que a doença mental está entre as mais recorrentes, conforme demonstra.

Os resultados apontam que o atendimento a docente da UFPA, considerando-se o total de atendimentos, os transtornos mentais, nos quais pode-se incluir a depressão e a Síndrome do Burnout, representam um dos maiores quantitativos para o indicativo de Licença Médica, 187 ocorrências no período pesquisado (CAMPOS, 2011, p. 85).

Pelas leituras feitas até aqui apreendemos que a conjuntura educacional ao longo principalmente, dos anos 2000 tem sido evidenciada pela orquestrada ação do capital, numa onda conservadora que exclui, persegue, precariza, controla e culpabiliza professores pelo fracasso escolar.

Temos um longo caminho de enfrentamento às questões que se colocam para a precarização da educação superior no Brasil, e, por conseguinte ao trabalho do docente, e é exatamente por termos esta necessidade que devemos debater e entender a conjuntura que estamos vivendo e seu processo de exploração, intensificação do trabalho que leva ao adoecimento do/a trabalhador/a docente, com vistas a fortalecer as lutas em torno da defesa



aos direitos dos/as docentes e da classe trabalhadora de modo geral, que devem estar inscritas na ordem do dia através da mobilização cotidiana.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a temática da precarização do trabalho docente é bastante instigante por nos reportar a um debate que está se configurando cada vez mais presente no âmbito acadêmico. O processo de adoecimento do docente é oriundo como vimos de múltiplas questões que se gestam nas metamorfoses do mundo do trabalho, levando a processo perverso de adequação das condições humanas as necessidades do capital, isto vem se consolidando através de várias etapas, passos e ações, que tornam a educação de modo geral e a superior especificamente, cada vez mais mercantilizada ocasionando uma intervenção de modo planejado, sistemático e seguro por parte do Estado na educação superior, atingindo o patamar de elevado de exigências para o docente.

Não temos a pretensão de esgotar o debate e sim suscitá-lo, visto que esta temática representa um universo vasto e rico no qual temos a obrigação de entender, pretendemos com este artigo suscitar novas questões em torno da temática, com vistas a fazer frente a este momento tão crítico de desconstrução de direitos adquiridos, bem como incentivar a criação de grupos de estudo, pesquisa no âmbito acadêmico, que possam contribuir com as lutas coletivas da classe trabalhadora e em especial dos (as) docentes das universidades públicas brasileiras.

O momento em que vivemos, é repleto de desafios, visto que temos presenciado a ofensiva do capital a partir da década de 1990 com feroz ataque aos direitos dos trabalhadores, concretizado com a implantação de política de cunho neoliberal, que tem como propósito a retirada de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

O avanço do capital transnacional no Brasil exige que se tenha um Estado forte para fazer os ajustes necessários à manutenção da política macroeconômica, com políticas de austeridade que tem como principal alvo a retirada dos direitos sociais. Esta política de ajuste fiscal e o corte de verbas para a educação levaram a mais longa greve nacional dos docentes das IFES (Instituições Federais de Ensino) em 2015, foram 219 dias de lutas, em que se debatia a falta de condições e a precarização do trabalho, sucateamento das salas de aula, materiais e livros obsoletos, estas e outras questões demandam muitas outras reflexões, visto que a realidade é farta de contradições e desafios, no entanto, penso ser possível enfrentá-la através de um projeto coletivo, que envolva todos os trabalhadores. Pois a caminhada é árdua e o caminho é difícil, mas a vontade de lutar continua viva.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Giovanni. *Prefácio: O adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital*. In: NAVARRO, Vera Lúcia; SOUZA, Edvânia Ângela de (Org.). *O Avesso do Trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. 1ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p, 13-17.

AMARAL, André Luís Vizzaccaro. MOTA, Daniel Pestana. ALVES, Giovanni (organizadores). *Trabalho e Saúde: A precarização do trabalho e saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 2011.



ANTUNES, Ricardo. *A corrosão do trabalho e a precarização estrutural*. In: NAVARRO, Vera Lúcia; SOUZA, Edvânia Ângela de (Org.). *O Averso do Trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. 1ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p, 13-17.

BARROS, Jaqueline Melo, *et al.* *Precarização do ensino superior sob a égide do capital e os rebatimentos do trabalho docente do Assistente Social*. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. CRESS 7ª reg. BH de 7 até 9 de julho de 2013.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 12/04/2014.

BRASIL. *Decreto nº 6.096*, de 24 de abril de 2007, Brasília, DF. Encontrado em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

CAMPOS, Francisco Jadir de Souza. *Trabalho Docente e Saúde: Tensões da Educação Superior*. Mestrado em Educação. 97 f. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará. 2011.

CAMPOS, Jadir. Docentes da UFPA apresentam alto índice de adoecimento mental. In: *Jornal ADUFPA*. Belém, Ano XII, nº 109, abril de 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão das IFE e a Precarização. In: Dossiê Nacional. Precarização das Condições de Trabalho I. *ANDES/SN*. Brasília, DF. N. 3, p. 22-34, abril. 2013.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *O ensino superior privado-mercantil em tempos de economia financeirizada*. In: *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. Alessandro Mariano. [et al.]: organização Fernando Cássio, prólogo de Fernando Haddad. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Dossiê Nacional. Precarização das Condições de Trabalho I. *ANDES/SN*. Brasília, DF. N. 3, p. 22-34, abril. 2013.

LEDA, Denise. Mancebo, Deise. REUNI: Heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 1, 2009. Disponível em <seer.ufrgs.br>. Acesso em maio 2013.

LIMA, Kátia. Reforma da educação superior do governo Lula: Princípios, diretrizes e estratégias de destruição da educação brasileira. *Cadernos ADUFPA/UFPA*. Belém, p. 77-80, outubro, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, Tomo I. São Paulo. Nova cultural, 1985.

MARTINEZ, Milena. REUNI: um projeto de desconstrução. Dossiê Nacional. *ANDES/SN*. Brasília, DF. N. 3, p. 21-33, abril. 2013.

MATOS. Maurílio Castro de. *Serviço Social, ética e saúde: Reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2013.

MAUÉS, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. *Educar em revista*. Curitiba, Brasil. n. especial 1. p. 141-149. 2010. Editora UFPR.



MAUÉS, Olgaíses. JUNIOR, William Pessoa da M. A nova regulação educacional e o trabalho docente. *Linhas críticas*, Brasília, DF, v.17, n.33, p. 385-402, maio/ago. 2011.

MORAES, Betânia, *et al.* A categoria trabalho em Marx e Engels: Uma análise introdutória de sua legalidade onto-histórica. *Revista eletrônica Arma da Crítica*. Ano 2, n. 2, março de 2010.

SANTOS. Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Informações do(a)s autor(a)(es)

Elen Lúcia Marçal de Carvalho - Docente da Faculdade de Serviço Social- FASS/UFPA, possui graduação em Serviço Social pela UFPA (1996). Mestrado em Serviço Social, Política Social e Cidadania pela Universidade Federal do Pará (2004), Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFPA. E-mail: elencarvalho@ufpa.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2605-1602>.